

O esconde-esconde de Cabral recomeça

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator Bernardo Cabral e seus relatores auxiliares, José Fogaça, Adolpho de Oliveira e Konder Reis, já começaram a examinar as emendas substitutivas do Centrão, que propõem modificações ao projeto votado pela Comissão de Sistematização.

Logo no início do trabalho, Cabral observou uma contradição: todos criticaram a proposta de estabilidade, que o relator afirma ser a garantia de emprego, mas o próprio Centrão fala em estabilidade, "e, na linha seguinte, acaba com ela substituindo-a pela indenização".

Com o início do prazo de sete dias (que vai até quarta-feira à meia-noite) para apresentar pareceres individuais sobre cada uma das 2.045 emendas (sendo 29 substitutivas e, destas, dez do Centrão), começou novamente o jogo de esconde-esconde que tem caracterizado o comportamento de Cabral desde que ele começou a receber críticas. De manhã, reúne-se com seus relatores auxiliares na casa de um deles; à tarde, em outra; à noite, numa terceira; às vezes, num gabinete, e, no começo da próxima semana, deverá desembarcar novamente no Prodasen (Processamento de Dados do Senado).

Ontem pela manhã, eles trabalharam na casa do senador José Fogaça. Lá, Cabral disse que estava trabalhando contra o relógio, analisando uma média de 300 emendas por

dia. O deputado Adolpho de Oliveira (PL-RJ) informou que o grupo está examinando primeiro as emendas substitutivas do Centrão, embora oficialmente Cabral não tenha recebido da Mesa da Constituinte nenhuma das 2.045 apresentadas. Oficiosamente, ele conseguiu cerca de mil emendas, que começou a examinar desde quinta-feira.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) considerou que 80% do projeto do Centrão é praticamente igual ao que está no projeto da Sistematização e que os 20% restantes representam distorções e "mudanças radicais que alteraram completamente o perfil ideológico liberal configurado no projeto da Sistematização".

Confirmou que dará parecer favorável, em princípio, a todas as emendas substitutivas de maioria absoluta (com mais de 280 assinaturas), embora, ao redigir o parecer à emenda, vá dar a sua posição política pessoal. Ele citou como exemplo disso a emenda do presidencialismo, com mais de 300 assinaturas: dará parecer favorável, mas, como é convictamente parlamentarista, dará o seu voto pessoal contrário.

Bernardo Cabral e Adolpho de Oliveira concordam em que o trabalho do relator, agora, é de maior responsabilidade do que nas fases anteriores, porque seu parecer sobre as emendas, contrário ou favorável, vai direto para o plenário sem passar pelo crivo da Comissão de Sistematização.

Ulysses rejeita 11 emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O multipresidente Ulysses Guimarães rejeitou 11 das 2.045 emendas apresentadas ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização. Dessas 11 emendas, nove pertenciam ao Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), uma do senador Marco Maciel e outra do deputado Aloysio Teixeira (PMDB-RJ). Todas estas sugestões eram individuais, embora trouxessem assinaturas de apoio de outros parlamentares. Elas deveriam, entretanto, ter sido entregues como emendas coletivas, acompanhadas de 280 assinaturas, porque substituíam o projeto de Siste-

matização, contrariando, assim, o regimento interno da Constituinte.

Durante todo o dia de ontem os funcionários da Câmara à disposição da Constituinte concluíram o trabalho de conferência do número de assinaturas e a autenticidade de cada uma delas. Essas emendas agora irão para publicação. As 29 emendas coletivas, aí incluídas as dez do Centrão, foram aceitas porque continham um mínimo de 280 assinaturas e, a partir de agora, terão preferência para apreciação, a partir do dia 27.

As 11 propostas rejeitadas por Ulysses não serão sequer apreciadas pelo relator Bernardo Cabral, que já está de posse das demais, e muito menos irão à votação.

Pro-Diretas organiza protesto contra 5 anos

CURITIBA
AGÊNCIA ESTADO

O Comitê Interpartidário Pró-Diretas está programando, para o início de março, a realização do Dia Nacional de Advertência, em favor do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Segundo o senador Affonso Camargo (PTB-PR), um dos líderes do Pró-Diretas, o Dia Nacional de Advertência será uma última tentativa de reverter a tendência atualmente existente na Constituinte, que indica a aprovação do mandato de cinco anos para Sarney.

"Se o povo não se manifestar, a pressão do governo ganhará", previu o senador, explicando que a idéia é promover manifestações simultâneas em todas as cidades brasileiras para mostrar aos constituintes que aqueles que votaram a favor dos cinco anos estarão indo contra o eleitor e correm o risco de não se reeleger.

A primeira reunião preparatória para o Dia de Advertência será em Brasília, dia 27, quando o Pró-Diretas manterá contatos com presidentes e líderes de vários partidos e representantes de entidades civis, sindicais e empresariais, para definir uma estratégia de ação. Nesse encontro também será decidida a data exata da manifestação, inicialmente prevista para o dia 4 de março.

Para o senador, não há risco de a votação do mandato no plenário da Constituinte ser antecipada para

uma data anterior à do Dia de Advertência, pois o regimento interno prevê que as votações serão feitas na ordem decrescente de títulos. "Por isso, o mandato não deve ser votado antes do final de março", afirmou Camargo.

Com a advertência aos constituintes a intenção de Affonso Camargo é, segundo disse, fazer com que a própria população evite que aconteça "um erro histórico". E citou pesquisas de opinião mostrando que a tendência da Constituinte — favorável a cinco anos de mandato para Sarney — contraria a vontade popular, pois a sociedade "deseja, por ampla maioria, votar para presidente".



Carlos Roggi — 16-10-87
Affonso Camargo

Simon, pelo parlamentarismo

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O governador gaúcho Pedro Simon está disposto a convencer as lideranças nacionais do PMDB a aglutinar esforços em torno da implantação do sistema parlamentarista no País.

"A fórmula de governo é que é fundamental, e está havendo uma inversão com algumas lideranças discutindo o acessório. No caso, a duração do mandato do presidente José Sarney", justificou. Segundo ele, o País sempre viveu de crise em crise e não seria desbancando o presidente Sarney agora que a crise política e econômica do País seria resolvida. "Temos de atacar as causas das crises e uma delas é o sistema presidencialista", argumentou o governador gaúcho.

Simon lembrou que tanto o presidente José Sarney como o multipresidente Ulysses Guimarães são pelo sistema parlamentarista. Mas considera o momento atual impróprio para a adoção do novo sistema de governo, tese que tem encontrado adeptos por razões de interesses pes-

soais. "Ninguém quer o parlamentarismo agora, porque todo mundo é candidato. Até mesmo quem vocês nem sonham também é candidato a presidente da República", disse. Simon não estaria disposto a concorrer pelo sistema presidencialista, mas confessou que "gostaria de ser presidente no sistema parlamentarista".

No jogo político, afirmou, os adeptos do parlamentarismo não podem cair no erro de reivindicar quatro anos para o presidente Sarney. "Seria meio como esmagar o Sarney — observou — e não daria o resultado reivindicado." Numa estratégia política correta, as negociações deveriam se dar na concessão de cinco anos para o presidente Sarney, com a fixação do parlamentarismo, prevê o governador gaúcho.

Durante visita ao Estado do Rio Grande do Sul, para assinatura de convênios na área de Habitação e Saneamento, o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, disse que os cinco anos para o presidente Sarney, definidos pelo Centrão com 317 assinaturas, proporcionam um novo quadro político no País.